

“A morte é o incêndio de uma biblioteca”

Ser baiano, em si, é um privilégio. Haver nascido na Ilha de Itaparica, em meio ao mar imenso da Baía de Todos os Santos, é apanágio de ilhéus da mesclada ancestralidade lusa, camita e indígena.

Digo mais. É ser oriundo, pela raiz materna, de gente que relembra a fibra da decantada Maria Felipa de Oliveira (1799? - 1873), oriunda de negros escravizados sudaneses que, em 7 de janeiro de 1823, nos entreveros iniciais pela Independência da Bahia, com um “grupo de duzentos combatentes - mulheres negras e índios tupinambás e tapuias” – peixeiras, facões, pedaços de pau e galhos da planta nativa conhecida por ‘cansação’, teriam espancado soldados portugueses. De quebra, ateado fogo em embarcações lusas fundeadas na ilha, ali ancoradas aguardando ordens para invadir Salvador. Por certo, escoimados exageros folclóricos, a essência dos fatos é verdadeira.

Todavia, dado haver casos e causos nas narrativas transmitidas pela oralidade, abro parênteses, para registrar que durante bom tempo, foi controversa a existência da persona Maria Felipa de Oliveira. Alguns defendiam a hipótese ter sido fruto de uma narrativa ficcional – por vezes vista como fato histórico - do escritor Ubaldo Osório Pimentel (1883-1974), cuja obra relevante, o livro “A ilha de Itaparica: História e Tradição” é fonte primária nos estudos etnográficos e das tradições acerca da ilha. Ubaldo Osório Pimentel, avô materno de João Ubaldo Ribeiro, foi pai de uma menina registrada por Maria Felipa Osório Pimentel que, ao casar com Manoel Ribeiro (1915? -1988), veio a ser mãe de João Ubaldo, filho primogênito, sucedido por outros dois, Sônia Maria e Manuel. Acerca de Maria Felipa, mãe de nosso escritor, nada me foi dado anotar, sequer datas de nascimento e morte. Deparei-me, apenas, com lacônica e fugaz ‘menção-satélite’ à figura materna. Isto, nas palavras de João Ubaldo, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em junho de 1994, quando se referindo aos pais, assim se expressou: “Terminando, peço permissão para algumas homenagens pessoais. A primeira para meu pai, Manoel Ribeiro, que me incutiu amor aos livros e ao estudo. Sem a atenta formação moral e intelectual que ele me deu, eu não estaria aqui. Para minha mãe, que felizmente vive para ver este momento na existência do filho, que fizeram e criaram juntos. Se ele estivesse entre nós, não haveria pai mais orgulhoso na face da terra”. João Ubaldo refere-se com constância à figura do pai; sua mãe, todavia - a Maria Felipa da família - é ausente em suas memórias. Ao estar com o escritor, ainda não me dera conta de tal detalhe.

Realidade ou ficção, o fato é que a história oficial - amparada na oralidade - adotou como certa a existência, na condição de mulher negra e pobre, da marisqueira-guerreira de fatos e feitos a ela alusivos. A ponto de haver sido declarada Heroína da Pátria Brasileira em 2018, tendo seu nome inscrito no Livro de Aço dos Heróis e Heroínas da Pátria. Para melhor conhecerem-se fatos acerca da vida da heroína Maria Felipa de Oliveira recomendo a tese esposada pelo acadêmico feirense Eduardo José de Miranda Kruschewsky, publicada em 2019, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana, número 16 – Ano XVI.

Prossigamos.

Assumo intimidades com o ilustre itaparicano, apesar de haver estado com ele, tempos idos, ensolarada manhã do verão de 1986. Tempos quando minha família desfiava os dias estivais, dezembro a fevereiro, em veraneio naquela paradisíaca ilha. Estávamos às primícias do ano, eu fora ao cartório de registro de documentos na sede municipal de Itaparica, quando em “mesa de botequim sob a sombra de oitizeiros centenários, na brisa de uma manhã amena em frente a um mar de todos os tons de azul e verde”, um simpático bigodudo, anotava ideias. Alguém, não lembro quem, adiantou-me tratar-se de famoso filho da ilha e declinou seu nome por inteiro: João Ubaldo Osório Pimentel Ribeiro.

Caiu-me o queixo. Encorajei-me, aproximei-me.

- Ubaldo? interpelei-o.

Por cima dos óculos, mirando-me de alto abaixo, o invocado espichou um afável “Siiiiim!” e indagou, descansadamente:

- E você, quem é?

De pronto, disparei em câmera lenta:

- Meu nome é Hugo, somos coetâneos, veraneio aqui na ilha, na Barra do Gil - Praia dos Orixás e é impar o prazer em conhecê-lo.

- Sente-se, convidou-me. Empatia recíproca.

Mãos apertadas, tilintamos uísques e converti-me em privilegiado ouvinte. Amizade extensa como a eternidade de quase três horas que, neste 2023, transcorridos trinta e sete anos, trago à tona - auxiliado pelas maravilhas da internet – e resgate de retalhos memoriais, farrapos que o tempo-vento buliçoso não se deu ao trabalho de espanar para o limbo do esquecimento.

Curioso, Ubaldo quis saber a meu respeito.

Em poucas palavras, identifiquei-me, destacando meu tríplice labor de então na atividade tabaqueira: plantio de fumos, produção de charutos no Recôncavo Baiano e comercialização, voltada ao turismo - em Salvador, em tabacarias no Mercado Modelo e no Hotel Le Meridien. Fumante inveterado, em tal entretanto, Ubaldo acendera cigarros, em série. De pronto, ofereci-lhe um charuto, auxiliando-o – desajeitado estava – no manuseio e no acendimento da regalia. Em poucos minutos, aparentava ser apreciador há décadas. Daí em diante, meio a uísques e à esfuziante fumaça mágica dos charutos, como se fôssemos velhos conhecidos, deixei-o à vontade para discorrer sobre o vivido nos seus 45 anos a se completarem dia 23 daquele inesquecível janeiro.

- Sei haver nascido aqui em Itaparica, então Arraial da Ponta das Baleias. Logo aos dois meses, por força das atividades de meu pai, Manoel Ribeiro, advogado, político e professor, migramos para Sergipe. As lembranças dos primeiros anos, em terras sergipanas, são marcantes em minha vida. A família vivia imersa em um mar de livros.

-Mar de livros? interrompi Ubaldo.

- Sim, nossa casa tinha uma sala para biblioteca e gabinete de meu pai, mas os livros não cabiam nela – na verdade, mal cabiam na casa. De tudo havia. Os básicos sobre Direito e História, as preferências do ‘velho’. Livros sobre todos os assuntos e de todos os tipos. Até mesmo ciências ocultas, assunto que fascinava meu pai. Não sei bem dizer como aprendi a ler. A circulação entre os livros era livre – e tinha que ser – porque eles estavam pela casa toda, inclusive na cozinha e no banheiro. Ao completar seis anos, ele mandou vestisse roupas

de sair e foi comigo a uma livraria, comprou uma cartilha, uma tabuada e um caderno e me levou à casa de D. Gilete. – D. Gilete, disse ele, este rapaz já está um homem e ainda não sabe ler. Aplique as regras. “Aplicar regras” soube eu muito depois, significava, entre outras coisas, usar a palmatória. Felizmente D. Gilete nunca precisou me aplicar as regras. Eu já conhecia a maior parte das letras e juntá-las me pareceu fácilimo. Assim, em pouco tempo, aquelas paredes da casa cobertas de livros começaram a se tornar vivas, frequentadas por um número estonteante de maravilhas, capazes de me transportar a todos os lugares do mundo e a todos os tipos de vida possíveis. Prendi-me à leitura de forma quase alucinante. Certo dia, pela primeira vez em muitas, minha mãe disse a meu pai que eu estava maluco. – Ontem, disse ela, seu filho passou a tarde lendo um dicionário. – Normalíssimo, respondeu o pai. eu também leio dicionários, distrai muito.

- E, por acaso, havia alguma conversa sobre livros, em família? indaguei.

- Sim, tínhamos muitas conversas sobre livros. Durante minha infância havia dois tipos básicos de leitura lá em casa: a compulsória e a livre, esta última subdividida em dois tipos – a livre propriamente dita e a incerta. A compulsória variava conforme a disposição de meu pai. Havia a leitura de voz alta de poemas, trechos de peças de teatro e discursos clássicos, em que nossa dicção e entonação eram invariavelmente descritas como o pior desgosto que ele tinha na vida. Líamos Homero, Camões, Horácio, Jorge de Lima, Sófocles, Shakespeare, Euclides da Cunha, dezenas de outros. Muitas vezes não entendíamos nada do que líamos, mas gostávamos daquelas palavras sonoras, daqueles conflitos estranhos entre gente de nomes exóticos. Depois de cada leitura, meu pai fazia sua palestra de rotina sobre nossa ignorância e, andando de pijama para baixo e para cima na varanda, dava uma aula grandiloquente sobre o assunto da leitura, ou sobre o autor do texto, aula esta que muitas vezes os vizinhos vinham assistir.

- Puxa vida! O velho era, de fato, austero, disciplinador e exigente! exclamei.

- Você ainda não viu nada, amigo. Também tínhamos os resumos – escritos ou orais das leituras. Quando ele, com grande escândalo, descobriu que eu não entendia direito o ponto e vírgula, me obrigou a copiar sermões do Padre Antônio Vieira, para aprender a usar a pontuação correta.

- E a leitura livre, como funcionava? interpelei.

- Oferecia seus perigos. Meu pai usava uma técnica maquiavélica para me convencer a me interessar por certas leituras. De vez em quando, ele brandia um volume no ar e anunciava com veemência: - Este não pode! - Este está proibido! Arranco as orelhas do primeiro que chegar perto deste daqui! O problema era que não só ele deixava o livro proibido, bem à vista, no mesmo lugar de onde o retirara, com às vezes a proibição era para valer. A incerteza era inevitável e então tínhamos momentos de suspense arrasador nos quais lemos *Nossa vida sexual* do Dr. Fritz Kahn, *Romeu e Julieta*, *O livro de San Michele*, *Crônica escandalosa dos Doze Césares*, *Salambô*, *O crime do Padre Amaro* – enfim, dezenas de títulos de uma coleção estapafúrdia, cujo único ponto em comum era o medo de passarmos o resto da vida sem orelhas – e hoje penso que li tudo o que ele queria disfarçadamente que eu lesse, embora à custa de sobressaltos e suores frios.

- Saudades da infância, Ubaldo? perguntei.

- Fico pensando nisso e me perguntando. Terei tido uma infância normal? Acho que sim, também joguei bola, tomei banho nu no rio, subi em árvores e acreditei no Papai Noel. Os livros eram uma brincadeira, embora certamente a melhor de todas. Quando tenho saudades da infância são daquele universo que nunca volta, dos meus olhos de criança vendo tanto que entonteciam, do cheiro dos livros velhos, da navegação infinita pela palavra, de meu pai, de meus avós, do velho casarão mágico de Aracaju. Inesquecível casarão do qual nos despedimos em 1952 ao nos mudarmos para Salvador.

- Findo o périplo sergipano, como se passaram as coisas dali para a frente?

- “Lembro bem, eu aos onze anos, fomos morar no Parque Cruz Aguiar, lá no Rio Vermelho, em casa na esquina das ruas Ilhéus e Canavieiras. Como havia muitos jovens com o prenome João, cada um ganhava um sobrenome popular. Por isso, tratavam-me por João Delegado, em alusão ao cargo de meu pai, então Secretário de Segurança Pública Estadual, que o povo chamava Chefe da Polícia. Como consequência o filho tinha que ser o “delegado”. Chegado à Salvador, fui estudar no Colégio Sofia Costa Pinto, onde enfrentei problemas com a professora de inglês, em virtude de meu sotaque. Ela não percebeu que eu falava inglês britânico, já que estudara em Sergipe com um professor educado na Escócia. Na ocasião, empenhei-me com afinco, chegando a decorar cinquenta palavras por dia. Também muito me foi útil sermos vizinhos de engenheiros americanos e a amizade que mantive com seus filhos, aprimorando assim meus conhecimentos da língua inglesa. Concluído o ginásio, a seguir, matriculei-me no curso clássico do tradicional Colégio da Bahia, conhecido como ‘Central’, em 1955. Ali, penso, minha vocação para a escrita teria despertado.

- Explique-se melhor! encarei.

- A turma, resolvera lançar revista intitulada *Mapa*, na qual dei os iniciais passos na vida literária, escrevendo contos e participando do movimento estudantil, bem como das reuniões nas quais se discutia literatura. Foi quando Glauber Rocha e eu nos tornamos amigos. À época, tinha saído um jornal novo, o Jornal da Bahia. Meu pai era amigo do pessoal do jornal e falou que tinha um filho que sabia escrever. Um dia, ele chegou em casa e disse: “Se vista”. Eu me vesti para sair e ele me levou para o jornal. Virei foga do Jornal da Bahia por obra dele e aí fui seguindo carreira. Fui repórter, redator, chefe de reportagem, transferindo-me, após, para A Tribuna da Bahia, onde cheguei a ser editor chefe e diretor de redação.

- E o curso de Direito? interoguei a seguir.

- Já estava dando passos iniciais na imprensa baiana, quando entre 1958-1962 na Universidade Federal da Bahia cursei Direito, profissão que nunca exerci. No entremeio, 1959, vesti a verde-oliva: entrei para o curso do CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Exército. Em meio ao curso, integrei um grupo de estudantes convidados para uma viagem aos Estados Unidos na Universidade de Iowa e seu programa internacional de redação: treinamento em inglês e espanhol centrado no tema ‘escrita criativa’. No retorno, ao reapresentar-me ao quartel, fui desligado. Enquanto universitário, em conjunto com Glauber, comecei a escrever para jornais e para a revista *Ângulos*, tendo participado em 1959 da antologia *Panorama do Conto Baiano* com o conto *Lugar e Circunstância*, organizada por Nelson de Araújo e Vasconcelos Maia.

- Os contos, portanto, terão sido seus primeiros passos na literatura? perquiri.

- Imagino que sim! Entre outros, participei em 1961 da coletânea *Reunião*, editada pela Universidade Federal da Bahia, ao lado dos escritores David Salles, Noêmio Spínola e Sônia Coutinho, com os títulos *Josefina*, *Decalção* e *O Campeão*.

- E a vida sentimental? provoquei.

- Você tem minha idade, iniciou ele, e sei que você por já haver dito, ter casado muito jovem e repetido a dose mais de uma vez, não é verdade? Comigo, o mesmo aconteceu. Em 1960 iniciei vida conjugal com a colega de classe, Maria Beatriz Moreira Caldas. A união findou nove anos após; não tivemos filhos. A seguir, nos anos compreendidos entre 1969 e 1978, estive casado com a historiadora Mônica Maria Roters, mãe de duas filhas minhas, Emília (1970) e Manuela (1972). Como, ao que parece, eu nasci para viver casado, em 1980 contraí novas núpcias, desta feita com minha atual companheira, a psicanalista Berenice de Carvalho Batella. Temos um casal de filhos, ainda péquenos: Bento nascido em Portugal em 1981 - ano em que lá vivemos - e Francisca, nascida em 1983.

- Voltemos à literatura. Quando você escreveu seu primeiro romance?

- Parece ter sido ontem. Tinha eu, então, 22 anos quando, em 1963 apadrinhado por Jorge Amado e prefaciado por Glauber Rocha, inaugurei-me romancista. A princípio, o título original do romance fora *A Semana da Pátria*, todavia, por sugestão da editora, alterou-se para *Setembro não faz sentido*.

- Você poderia, num relance, retratar a essência de seu romance inaugural?

- Claro que sim! A trama se passa durante as comemorações do feriado do sete de setembro, formada por duas histórias paralelas. A do boêmio Tristão, que sempre tumultua os festejos da Semana da Pátria em Salvador com suas bebedeiras intermináveis; e a do jornalista aposentado Orlando, que vive recluso e rememora o passado com amargura enquanto perde gradualmente a sanidade. Apesar das diferenças, os dois protagonistas vivem o mesmo cotidiano vazio e fastidioso, sem conseguir superar seus dilemas profissionais, intelectuais ou pessoais, buscando uma saída para as tensões políticas do início dos anos 1960.

- Em 1964, pouco tempo após o lançamento de seu primeiro romance, você viajou outra vez para os Estados Unidos, confere?

- Sim, deixei o país por motivos políticos. Lá permaneci durante um ano, por conta de bolsa de estudos junto a Embaixada norte-americana para mestrado em Administração Públicas e Ciência Política na Universidade da Califórnia do Sul. De volta ao Brasil, em 1965 fui lecionar Ciência Política na Escola de Administração e na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia e, também, na Escola de Administração da Universidade Católica de Salvador, havendo permanecido no magistério por seis anos, quando resolvi retornar ao jornalismo.

- Daí, deduzo, você passou a ter tempo para produzir e publicar em 1971, *Sargento Getúlio*, a primeira obra que, de fato, lhe levou à fama e foi adaptada ao cinema em 1983, fale um pouco sobre ela.

- *Sargento Getúlio* é um monólogo do sargento da polícia militar de Sergipe, Getúlio Santos Bezerra, que recebe como última encomenda, antes de sua aposentadoria, deter o inimigo de um importante chefe político e leva-lo de Paulo Afonso a Aracaju. Inicialmente o monólogo se dirige ao prisioneiro, mas depois se transforma em um monólogo interior, num fluxo ininterrompido do pensamento de Getúlio, que navega entre fatos presentes e passados, salpicados por impressões e diferentes fantasias masculinas. Os diferentes episódios não seguem uma linha temporal, mas avançam e retrocedem de maneira aparentemente

No Brasil, Ubaldo repetiu o êxito alemão. Lançado, originalmente, em 1995, na obra “Um Brasileiro em Berlim” nos deparamos com um registro impiedoso, divertido e inteligente da experiência de ser brasileiro num país culturalmente tão diverso.

Em seu retorno teve, também, oportunidade de trabalhar com rádio, produzindo adaptações radiofônicas, entre elas a de seu conto *O santo que não acreditava em Deus*.

Em 1996, em Mogúncia, Alemanha recebe o Prêmio Anna Seghers, concedido somente a escritores germanófonos. Em 2008, chega às suas mãos o Prêmio Camões de Literatura, a maior láurea atribuída a autores da língua portuguesa, pelo conjunto de sua obra literária, especialmente expressiva sobre as culturas portuguesa, africana e dos habitantes originais do Brasil.

Várias de suas obras foram traduzidas para os idiomas inglês, espanhol, italiano, francês, alemão, holandês, sueco, norueguês, esloveno e hebraico

No jornalismo, além de suas estreias no *Jornal da Bahia* e na *Tribuna da Bahia* já relatadas, João Ubaldo fez história com seus artigos e crônicas em diversos meios de comunicação daqui e dalém mar. Destaquem-se suas participações no *Frankfurter Rundschau* e *Die Zeit* na Alemanha, no suplemento literário do *The Times* na Inglaterra, em *O Jornal* e *Jornal de Letras*, Portugal. No país, a tanto somaram-se colaborações em *O Estado de São Paulo*, *A Tarde*, *o Globo* entre outros.

Em outubro de 1993 foi eleito sétimo ocupante da cadeira nº 34 Academia Brasileira de Letras, na sucessão do jornalista Carlos Castello Branco. Foi acolhido em junho de 1994 pelo acadêmico Eduardo Portella. Em seu discurso de posse, João Ubaldo lançou mão, por várias vezes, de sua veia humorística. Assim foi quando, dando-se por incapaz de bem se pronunciar, exclamou literalmente “sou um paradoxo ambulante: sempre me pergunto por que, me havendo feito baiano, Deus não me fez orador”. Mais adiante, confessou “sou apenas um romancista, um contador de histórias, cuja modesta cultura literária foi adquirida num convívio arrebatado com os livros de ficção, a poesia e o teatro. Receio que o convívio com a Teoria Literária e o Ensaio Crítico não tenha sido tão amoroso”. Após haver discorrido, com exímia maestria, sobre todos os acadêmicos que o antecederam, João Ubaldo assim encerrou seu discurso de posse: “E deixo para o fim, por ser a mais importante, ao povo de minhas duas terras. Tendo sido criado em Sergipe até os 11 anos, não posso deixar de ser meio sergipano; tendo nascido em Itaparica, sou baiano. Agradeço, abraço e peço a bênção do povo da Bahia e de Sergipe. Imagino que agora, lá na ilha, algum itaparicano levanta um copo e minha lembrança, e, lá em Aracaju, tão doce e amável na minha infância feliz, algum amigo antigo fala em mim com orgulho conterrâneo”.

Segundo noticiou-se em 2012, João Ubaldo Ribeiro – então residente em Itaparica - por largo tempo não fora admitido na Academia de Letras da Bahia - pasme-se - “por não morar em Salvador”: Nossa academia estadual, até então, acolhia apenas literatos baianos residentes na capital. Mas, prevaleceu o bom senso. Revogada a ‘cláusula de residência’, as portas do sodalício baiano abriram-se ao escritor itaparicano. A posse aconteceu em 22 de novembro de 2012, na cadeira nº 9 em sucessão ao acadêmico escritor, professor emérito da Universidade Federal da Bahia, doutor em letras, ensaísta e tradutor Cláudio Veiga, que presidiu a Academia de Letas da Bahia por quase um quarto de século e falecera a 29 de março de 2011, aos 89 anos.

Tornar atraente um texto acerca da vida pessoal e literária de alguém, exige equilibrar nomes, números, datas - citações enfadonhas, em sua maior parte – animando-as com

declarações do biografado, coletadas em entrevistas aqui e acolá, através do tempo. Assim, o prato torna-se mais palatável e melhor assimila-se o pensar da personalidade alvo.

João Ubaldo Ribeiro foi portador de uma “alminha” fagueira, que flutuava leve como paina e lépida como beija-flor. “Alminha” brincalhona que, segundo o próprio autor, confunde seus leitores. Foi o que ao escrever o romance *A casa dos Budas Ditoso*. Ouçamo-lo:

“Eu estava em casa, tocou o telefone. Era um homem chamado Alfredo Gonçalves, que foi editor da Nova Fronteira. Ele me falou que estavam fazendo uma coleção dos pecados capitais intitulada *Plenos Pecados* e me disse que havia pensado em mim para tratar da ‘preguiça’. Eu até brinquei, preguiça não queria porque era baiano e iam ficar brincando com o fato. Então ele me deu a possibilidade de escolher outro pecado. Eu não sabia direito, nem me lembrava quais eram os pecados. Aí eu citei a ‘luxúria’. Em cinco dias, já sabia o que ia escrever, mas não sabia o que iria acontecer. Ao escrever o romance fiz aquela brincadeira de que era um manuscrito entregue em minha casa. As pessoas me perguntam muito sobre isso, principalmente as mulheres. Querem saber se foi mesmo uma mulher quem deixou o manuscrito lá em casa. O que significa que eu me fingir de mulher convenceu. Chegaram a me acusar, mas isso foi coisa das metidas a sabidas, as psicanalistas: “Vê-se que por ali tem um espírito masculino e coisa e tal”. Eu não vejo espírito masculino nenhum. Eu virei mulher mesmo.” Tudo dado o motivo da narração do livro, ter sido assumida por uma mulher de 68 anos, nascida na Bahia, descrevendo sua própria vida e de como jamais se furtara a viver – com todo o prazer e sem respingos de culpa – as infinitas possibilidades do sexo.

Quanto ao último livro lançado pelo escritor, em 2009, *O albatroz azul*, narra a história de um homem muito velho que, apesar de detentor da sabedoria trazida por todos seus anos de existência, ainda busca aprender algum sentido da vida.

Pode-se arguir que na referida obra, João Ubaldo esforçara-se em retratar-se. Haja vista, suas incontáveis declarações acerca dos mais variados assuntos. Considerava a literatura uma forma de conhecimento, de perceber o mundo e de expressar essa percepção através da linguagem. “Ao escrever, o autor se expõe a um estímulo intelectual, emocional, artístico, está dando a si uma chance de expandir sua sensibilidade, sua humanidade”.

Quanto ao público leitor nacional, João Ubaldo nutria restrições pois, segundo ele, nós não temos respeito por nós mesmos, queremos ser americanos ou qualquer coisa assim, inglês é mais bonito que português.

“Não damos valor ao que temos aqui. Refiro-me ao Prêmio Nobel que o Brasil já mereceu muitas vezes em várias áreas. Por que Oswaldo Cruz, Vital Brasil ou o professor Carlos Chagas não ganharam o Nobel? Muita gente fez menos pela saúde da humanidade e já foi premiada. Mas nós sequer pensamos que devíamos ter ganhado com homens extraordinários de tal porte”. Ao abordar o hábito da leitura, diz considerar-se o mesmo uma coisa chata pelo fato de não se haver aprendido a ler.

“Aprende-se, isto sim, ficar frente à TV onde tudo é fornecido, som, imagem, cor, enfim, tudo. O livro só fornece palavras. O resto é fornecido pelo leitor. Nisto está a beleza e a força da literatura. Ela tira de cada um a sua contribuição. No Brasil é raridade ver-se alguém lendo um livro. Não temos tradição de biblioteca, não damos importância a isso, taxamos o livro. No geral somos uma nação de analfabetos funcionais, de gente que tem diploma de curso primário, elementar ou curso médio e não sabe ler, não sabe fazer um bilhete. Há gente alfabetizada que não quer mandar um e-mail porque tem vergonha de

cometer erros, prefere enviar um áudio. Nós não gostamos da nossa língua, assassinamos os recursos que ela tem, achamos que é pernóstico usar uma mesóclise de vez em quando. Se lêssemos mais, seríamos um país de gente mais sensível, de visão mais ampla, capaz de se expressar melhor, de se entender melhor. A pobreza de expressão reflete pobreza de raciocínio, pobreza de pensamento. Quanto ao ato de escrever é a continuação da função social de contar histórias que sempre houve e, por alguma razão, continua a existir. A língua precisa de seus escritores, de seus poetas, de seus compositores para poder se manter como instrumento hábil de expressão e de tradução da alma humana.”

A partida prematura de João Ubaldo Ribeiro em 2014, aos 73 anos, enlutou nossa baianidade. Para encerrar estes flashes sobre a história da vida do criador do ‘caboco Capiroba”, nada luziu-me mais apropriado que palavras proferidas por Manoel Ribeiro, quando da morte do irmão:

“No momento que uma pessoa querida e profundamente culta e inteligente morre, além da dor fico pensando como **a morte é o incêndio de uma biblioteca.** [...] Cruel. Como o mundo empobrece a cada instante! Temos, entretanto, de continuar até nossa biblioteca incendiar. É isso aí. É a vida”.

Autoria: Hugo Bittencourt

Maio – 2023

COLARES – Coletivo Literário Arte de Escrever

Fontes consultadas

Um brasileiro em Berlim, Objetiva, RJ, 2011

Revista “Ponta de lápis”, ano VII, nº 18, 2008

Jornal A Tarde, “Adeus a um baiano imortal”, 19/04/2014

Jornal A Tarde, “Manoel Ribeiro lamenta a perda do irmão ...”, 18/07/2014

<https://www.wikipedia.org> - João Ubaldo Ribeiro

<https://www.rascunho.com.br> – João Ubaldo Ribeiro

<https://www.uai.com.br> – Relembre a trajetória de João Ubaldo Ribeiro

<https://cebusal.es/podcast/biobrasil-joão-ubaldo-ribeiro> Universidade Salamanca

<https://www.ubaldomarquesportofilho.com.br> - Folha do Rio Vermelho, maio, 2011

<https://gulbenkian.pt> - Fundação Calouste Gulbenkian

<https://www.al.ba.gov.br> – 23/10/1984 – Cidadão baiano: Manoel Ribeiro

<https://www.sitedoescritor.com.br> – História: João Ubaldo Osório Pimentel Ribeiro in “Maria Felipa-Uma mulher, uma saga e a falta de resgate de nossa história”

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana nº 16, Ano XVI, Eduardo José de Miranda Kruschewsky, 2019